

A renovação Zapatista na América Latina

*Zapatista renewal
in Latin America*

**Luiz Jorge Vasconcellos Pessoa
de MENDONÇA¹**

O artigo de François Houtard sobre o movimento neo-zapatista, de suas origens aos dias de hoje, constitui também importante reflexão e reafirmação das principais questões e desafios dos povos latino-americanos. Ele se impõe tal a intensidade na descrição dos dilemas, dos conflitos e das manifestações peculiares aos movimentos populares, ao mesmo tempo em que descreve os caminhos e soluções adotadas pelos zapatistas enquanto forma histórica determinada. Fenômenos estes periodicamente renovados sob nova roupagem, novas formas de resistência e constante construção de alternativas. Embora não se trate de um relato histórico, no sentido estrito, o autor recupera a conjuntura econômi-

ca e social que determinou o surgimento e a trajetória do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e do Sub-comandante Marcos, demarcando a originalidade e a contribuição desse movimento. Demonstra ainda que a atualidade do movimento se deve a sua capacidade de renovação e construção de alternativas políticas de resistência aos velhos problemas e consequências que o processo de acumulação capitalista acarreta para a região.

O autor nos relembra a data escolhida para o primeiro levante em Chiapas, 1994, como sendo uma data cuja simbologia se deve ao avanço das relações capitalistas sob a égide do neoliberalismo, ou seja, o Acordo de livre comércio (NAFTA) firmado com os EUA e Canadá naquele ano. Acordo este que levaria à especialização das economias envolvidas segundo os ditames do “mercado”, com o México se transformando de grande produtor de milho em importador do produto norte-americano. Note-se que os efeitos perniciosos do NAFTA foram claramente antecipados e a data do levante apenas denunciava e protestava contra a condição econômica historicamente subalterna aos interesses do grande capital. O México e o restante da América Central conheceriam a fome quando os recursos das exportações deixaram de ser suficientes para pagar as importações dos produtos que com-

¹ Economista. Doutor em Economia pela Université de Paris X (Nanterre). Professor do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPS/UFES, Brasil).

E-mail: <ljvpmendonca@gmail.com>.

põem a base da alimentação desses povos. Recursos esses que se baseavam principalmente na produção e exportação de produtos primários. A crise alimentar foi inevitável e decorrência da especialização da estrutura produtiva em mercadorias destinadas ao mercado externo norte-americano, matérias-primas (arroz, algodão e principalmente petróleo) e bens de consumo oriundos das novas linhas de montagem. Estas foram instaladas no sul por conta da mão-de-obra barata, com pouco valor agregado e segundo os interesses do grande capital. Ou seja, importava-se todos os componentes para a montagem do produto final, exportando-os de volta prontos para o consumo das classe mais abastadas dos países vizinhos. Os efeitos nefastos da crise econômica capitalista de 2008 eram de se esperar. As tão propaladas leis de mercado mais uma vez demonstraram o quanto estavam a serviço do interesse das nações imperialistas, e o levante antecipava e denunciava mais uma vez essa condição e suas conseqüências.

Não se trata apenas de um aspecto conjuntural, mas resultado de uma história de exploração sempre renovada sob nova roupagem através dos tempos. A revogação do artigo 17/27, em 1992, referente à reforma agrária constitui claramente, como também nos lembra F. Houtart, um movimento de concentração da terra para uma produção agrícola mais especializada. O livre comércio entre os EUA, Canadá e México complementariam e conduziriam a economia deste último a um grau de especialização produtiva

cujos efeitos sociais foram nefastos para o conjunto da população mexicana após a crise financeira capitalista de 2008. Efeitos estes que ainda perduram e se reproduzem hoje em dia. Essa crise encontrou os pequenos produtores agrícolas desarticulados, desprovidos de seus meios de sobrevivência e sem poderem oferecer resistência à desarticulação social decorrente da evolução e dos ditames do mercado, em especial frente à concorrência norte americana. A conseqüente migração rural, a urbanização desordenada e a dependência das exportações mexicanas em relação ao mercado norte americano não só foram antevistas pelo Sub-comandante Marcos na liderança do movimento neo-zapatista, como também os próprios princípios de produção e reprodução capitalista foram comprovadamente inadequados às necessidades de desenvolvimento social do povo mexicano.

A Armada Zapatista de Libertação Nacional foi além do mero diagnóstico e antecipação dessa situação. Os motivos que a levaram à esta ação específica estavam solidamente alicerçados no referencial teórico marxista, mas também o renovava e adequava às circunstâncias específicas dos povos indígenas envolvidos e vítimas, em primeira instância, do ordenamento e avanço das relações capitalistas sobre aquela região. O Sub-comandante soube desenvolver tanto uma interpretação quanto uma forma de agir apropriada à história e à concepção de vida dos povos Mayas no momento presente. Em momento

algum tratava-se de rígida apropriação e aplicação de princípios gerais, tampouco de algum tipo de desenvolvimento teórico “pós-moderno”, que incorporasse à realidade concreta elementos e finalidades idealizadas e sem correspondência real com o desenvolvimento material, histórico e concretamente observado.

A contribuição do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) foi considerar e integrar as especificidades da realidade mexicana a partir do arcabouço teórico marxista, sem deixar de reconhecer que tais especificidades também exigiam da teoria uma forma de interpretação/aplicação que abrisse espaço para uma praxis cujo caráter verdadeiramente revolucionário correspondesse às necessidades de reprodução social dos povos mayas. Quando as classes sociais mais desfavorecidas eram postas sob o domínio do capital, tal exploração compreendia desarticulação dos laços sociais e comunitários constitutivos da própria realidade. Comprometendo, portanto, a coesão e reprodução social da população envolvida. Além disso, o avanço do capital produzia não só aumento da exploração, mas também da espoliação da riqueza e cultura dos povos indígenas de modo a não assegurar a reprodução econômica, social e cultural dos mesmos. Por vezes isso ocorria de forma violenta, como bem exemplificado no artigo. Ou, posto de outra forma, na modernidade a espoliação de civilizações cuja lógica e laços sociais são completamente distintos dos interesses do capital implica um grau de violência sempre

renovado a cada etapa do processo de dominação.

O histórico maoista do Subcomandante lado a lado com o acervo e as especificidades da civilização indígena, uma nutrindo-se e contribuindo para a prática revolucionária e de resistência da outra, denuncia o quanto a arquitetura das relações econômicas internacionais desiguais, construída no pós-guerra e renovada sob nova roupagem no período do neoliberalismo, não são mais pertinentes no mundo contemporâneo. O mesmo capitalismo que alterou a base produtiva a partir do enorme desenvolvimento tecnológico e do desmantelamento dos direitos sociais, que produziu os acordos comerciais amplos apesar das assimetrias entre as partes, e que destituiu os trabalhadores de direitos arduamente conquistados, mostrou-se mais uma vez inepto para dar conta das demandas sociais mais prementes e ordenar a sociedade em torno de um projeto societário comum.

Em termos políticos, o Zapatismo revela o quanto os projetos políticos estão extremamente distantes da realidade dos povos, na maior parte da história sob o domínio do Partido revolucionário institucional (PRI) e mais recentemente com o Partido da ação nacional (PAN) e o Partido da revolução democrática (PRD) adquirindo importância no cenário eleitoral. Considerando o espetáculo midiático que as eleições se tornaram e o jogo de interesses cujos determinantes

e possíveis frutos está restrito aos interesses das classes mais favorecidas, o Movimento Zapatista conseguiu desenvolver e propor outra forma de fazer política²: partir das experiências de organização social das diversas comunidades no País; considerar as formas de articulação e distribuição da produção segundo as especificidades e necessidades reais da população envolvida; construir de baixo para cima os espaços políticos de atuação em substituição à lógica imposta pelo espaço político público e único sob a tutela do Estado. Portanto, construir alternativas de desenvolvimento econômico social e institucional comprometidas com a necessidades dos povos envolvidos e não mais de acordo com a acumulação de riqueza nos moldes capitalistas.

Assim, Chiapas comprova que a ordem do capital, política e econômica, não é capaz de dar conta do desenvolvimento social e econômico na América Latina. Ao mesmo tempo demonstra que é possível a construção imediata de alternativas que assegurem a sobrevivência material e social dos povos latino diretamente envolvidos. As desigualdades econômicas e sociais da América Latina, em níveis alarmantes e subsistindo através dos tempos, não pode mais ser considerada compatível com determinado estágio de desenvolvimento. A redução dessas

desigualdades tem de ser a base e a finalidade de qualquer intervenção política ou econômica implementada pelo poder público ou fruto da pressão popular.

Referências

ANGUIANO, A. Mexique: crise politique, élections et résistances. In: GAUDICHAUD, Franck (Direction). **Le volcan latino-américain: gauches, mouvements sociaux et neoliberalisme.** Paris: Les éditions Textuel, 2008.

² Na Sexta declaração da Floresta de Lancadone, o zapatismo expressa também a necessidade de viver e fazer política. A esse respeito ver Anguiano (2008).